

Eu, **Sofia Sofia Amaro Dos Santos**, participante do Edital de Boas Práticas em Políticas para as Juventudes – Edição 2025, apresento recurso administrativo em face da decisão que resultou na desclassificação da minha inscrição, motivada pela apresentação de documento de identificação com dados parcialmente ilegíveis e pela ausência de informações completas referentes aos dados bancários.

Esclareço que o documento de identidade foi corretamente digitalizado e anexado no momento da inscrição, porém, em razão de **problema técnico na conversão do arquivo para PDF**, alguns dados acabaram sendo cortados, comprometendo parcialmente a visualização. Ressalto que o documento original encontra-se íntegro e plenamente legível, sendo possível confirmar todas as informações exigidas pelo edital por meio da nova versão ora encaminhada.

No que se refere aos dados bancários, informo que foi anexada imagem do cartão, contudo, o documento apresentado não continha de forma explícita o número da agência e da conta. Trata-se de um **equivoco formal**, sem qualquer intenção de omissão, e que **não interfere no mérito da proposta**, tampouco na sua avaliação técnica, estando restrito apenas à etapa administrativa posterior de eventual pagamento.

Importante destacar que as falhas apontadas não alteram o conteúdo da inscrição, não geram vantagem competitiva, nem comprometem a lisura do processo seletivo. Tratam-se de inconsistências formais, plenamente **sanáveis**, cuja correção não acarreta prejuízo aos demais participantes nem ao interesse público envolvido na seleção de boas práticas voltadas às juventudes.

Diante disso, solicito a revisão da decisão de desclassificação, com base nos princípios da **razoabilidade, proporcionalidade, boa-fé e finalidade pública**, que orientam a atuação da Administração. Requeiro, ainda, que sejam aceitos os documentos ora reapresentados de forma regular, possibilitando a continuidade da inscrição no processo de avaliação, uma vez que não houve acréscimo de documento, todos foram devidamente enviados, porém houveram as falhas que comprometem a compreensão.

Anexo a este recurso o **documento de identidade completo e legível**, bem como **dados bancários do cartão enviado, contendo agência e número da conta**, para fins de regularização.

Certa de que esta Comissão atua de forma comprometida com a ampliação da participação social e com a correta execução das políticas públicas, aguardo a reconsideração do ato.